

O Convento Saint Jacques e suas relações com a Universidade de Paris: considerações sobre a construção da identidade Dominicana na primeira metade do século XIII

Carolina Coelho Fortes*

Resumo: Pretendemos discutir a constituição do convento dominicano em Paris e suas relações com a Universidade. Perceberemos que a casa de frades se organiza desde muito cedo como uma escola, que entrará em conflito com a comunidade universitária, ao tentar fortalecer sua identidade institucional como ordem de estudantes.

Palavras-chave: Ordem dos Pregadores, Universidade de Paris, Identidade, Educação.

Abstract: We intend to discuss the constitution of the Dominican convent in Paris and its relations with the University. We defend that the house of friars were organized since its beginnings as a school, which will conflict with the university community, as the friars try to strengthen their institutional identity as an order of students.

Keywords: Order of Preachers, University of Paris, Identity, Education

Por mais que se limite a poucas obras, a historiografia diretamente dedicada à relação entre as ordens mendicantes e as universidades – enquanto é grande o número de obras dedicadas às universidades medievais que tratam apenas tangencialmente dessa relação – defende a ideia de que o objetivo máximo dos frades era atingir os mais altos graus acadêmicos. Essa perspectiva parte, assim, da ótica das corporações acadêmicas, tomando-as como eixo central ao redor do qual se agrupam os mendicantes. Com base nessa tradição pode-se entender, por exemplo, porque alguns estudiosos dominicanos deram tanta centralidade a Paris, a Bolonha, a Oxford e a Toulouse, sem, entretanto, considerar a extensão em que estes espaços de estudo configuraram a identidade institucional destas ordens.

Pretendemos partir também deste ponto, mas pretendendo ver nas universidades locais de construção de identidade para a Ordem dos Pregadores porque nelas os frades estão em contato constante com as outras instâncias da Cristandade. Construindo-se a identidade a partir,

* Doutora em História pela UFF, Mestre em História pela UFRJ. Atualmente é professora da Universidade Gama Filho e da Fundação Getúlio Vargas. - Endereço: Rua Honório de Barros, 19/501 – Flamengo, Rio de Janeiro/ RJ – CEP 22120-150. E-mail: carolfortes@hotmail.com

também, da interação com a diferença, é nos centros urbanos, na miríade de relações que se estabelecem entre estudantes e mestres, conventos e nações, autoridades eclesiásticas e seculares as mais variadas que os frades pregadores se singularizam em relação àqueles que tanto lhes são semelhantes como diversos.

Como o que nos interessa é discutir o sistema educacional dominicano como um todo complexo do qual depende a identidade da Ordem, encontramos especialmente no *studium generale* de Paris aspectos que nos permitem vislumbrar o processo de construção dessa identidade institucional. Nele percebemos a interação entre mendicantes e seculares, o recrutamento de noviços e o delinear do que seria (ou seriam) o(s) objetivo(s) dos estudos para os pregadores.

1. A organização dos estudos em Paris

Para que possamos entender as circunstâncias que induzem às aproximações, distanciamentos e entrelaçamentos entre seculares e pregadores, é necessário levarmos em conta o que se convencionou chamar de ‘vida universitária’. A historiografia sabe muito sobre os sucessos e reveses das escolas parisienses. Não fosse apenas pelos registros copiosos, é também pela renomada tradição historiográfica centrada na França, e mais especificamente, nas instituições acadêmicas contemporâneas parisienses. Sabemos o quanto os historiadores prezam a si mesmos, e a isso igualmente devemos parte desta historiografia voltada para as origens da Universidade de Paris.

O fato é que, no fim do século XII, Domingos não existia. Mas o que viria a ser a Universidade de Paris já tomava forma. E respondia àquele décimo oitavo cânon do III Concílio de Latrão que estipulava um mestre para cada catedral, responsável por instruir gratuitamente os clérigos e os estudantes pobres. O mesmo decreto previa que a *licentia docendi* devia ser conferida pelo bispo ou chanceler. Estas disposições serão repetidas décadas depois pelo IV Lateranense, o que atestava a intenção da Cúria de manter sua jurisdição sobre as escolas, bem como de encorajar seu surgimento.

Na prática, ao lado do que Jacques Paul chama de ‘ensino oficial’, referindo-se ao estudo que se dá no claustro ou em local reservado para os cônegos, há também um ensino ‘livre ou individual’. Este é o ensino oferecido pelos titulares da *licentia*, que têm escolas na cidade sob o controle, um tanto distante, do bispo ou de algum seu representante (PAUL, 2003, p. 337).

De acordo com as fontes em que se fundamentam Paul, Le Goff, Verger e Ferruolo (LE GOFF, 1995; VERGER, 1990; FERRUOLO, 1985), um dos eventos fundadores da Universidade de Paris seria uma briga de taberna. Nelas digladiaram-se estudantes de um lado e autoridades seculares de outro. Os estudantes e mestres pedem ao rei que puna seu preboste, responsável pela repressão aos estudantes, ameaçando-o de suspender as aulas e abandonar a cidade. A essa altura (o incidente da taberna data de 1200) a massa de estudantes era tamanha que a ameaça surte efeito. Felipe Augusto concede aos *scolares* um privilégio: libera-os da jurisdição do preboste, submetendo-os ao bispo. Entra em cena, portanto, um dos *topoi* da historiografia universitária: as ambigüidades e lutas de poder entre autoridades eclesiásticas e civis¹. Neste caso, há certo consenso em interpretar o privilégio cedido aos estudantes e mestres pelo rei francês como uma tentativa de se desvencilhar de um problema de jurisdição. Antes mesmo deste incidente, os estudantes em Paris já eram vistos como clérigos. E era do interesse do rei evitar confrontos com o papa Inocêncio III.

Diz-se que esse, em 1209, envia uma carta aos *scolares* que rogavam por serem liberados também do julgo episcopal. Inocêncio aconselha que organizem uma comissão responsável por elaborar um estatuto que fosse aplicável a todos, independentemente da disciplina que estudavam ou ensinavam e das autoridades às quais se submetiam. No entanto, os conflitos em Paris continuarão a ser constantes até 1231, quando Gregório IX lança a bula *Parens scientiarum*, que concede a mestres e estudantes os privilégios que garantem sua autonomia.

Autônomos, os personagens da vida universitária se organizarão em corporações. Os termos que designam esta comunidade são, de acordo com Paul, *consortium*, *communitas*, *universitas*. Todas essas expressões são aplicadas, na mesma época, a grêmios de ofícios, às irmandades, aos habitantes de um mesmo bairro (PAUL, 2003, p. 340). Ordenando-se desta maneira, os *scolares* impõem-se um autocontrole mais eficaz do que aquele imputado por bispo ou rei. Os mestres preocupam-se com a ortodoxia dos colegas. Fixa-se, em 1207, pelo papa, o número máximo de cátedras de teologia em Paris: oito. Em breve, estabelece-se também que, para ser regente de teologia não basta ter a *licentia docendi*, mas suceder algum teólogo que ali já ensinasse.

Concentremo-nos, então, na organização dos estudos. Da faculdade de Artes afluíam muitos dos novos membros da Ordem nas primeiras

¹ Optamos pelo termo 'civil' para designar as autoridades seculares para que não haja confusão entres estas e o braço secular da Igreja.

décadas do século XIII. Ali os rapazes, que contavam, geralmente, entre 12 e 18 anos, estudavam as disciplinas do *trivium* em especial². De acordo com Verger, havia entre os ‘artianos’, na primeira metade daquele século, um pendor especial pelo estudo da gramática, que se inclinaria depois, com a chegada das traduções de Averróis, para a filosofia. Isso tornaria a faculdade de Artes, considerada como a de ensino preparatório para as disciplinas ‘superiores’, cada vez mais independente das demais. E claro, faria também com que ocupasse o posto de poder mais elevado entre elas, já que o reitor da corporação universitária era escolhido entre seus mestres.

Já o programa da faculdade de Teologia de Paris seria o mesmo adotado pelos frades pregadores, ao menos em suas leituras básicas da Bíblia, das Sentenças de Pedro Lombardo e da História Eclesiástica. De acordo com Verger e Le Goff, os graus instituíram-se da mesma forma em praticamente todas as universidades, mas em especial, em Paris e Bolonha. Inicialmente, o único grau era o da licença. Com a configuração dessas instituições aos moldes das corporações de ofício, aquelas assumiriam graus semelhantes a estas. Teríamos então, os estudantes, bacharéis e doutores (ou mestres). Um estudante de Artes, por exemplo, só poderia receber a licença depois de completar 21 anos. O curso de Teologia tomava em torno de 15 anos da vida do bacharel, e não poderia ser completado antes de seus 35 anos de idade. Como não há indícios suficientes para o século XIII, é difícil afirmar qual era o índice de conclusão desses cursos. Verger acredita ser muito provável a possibilidade de a maioria dos estudantes não chegarem ao doutorado.

O ensino se fundamentava, basicamente, em dois momentos: a *lectio* e a *disputatio*. Na faculdade de Teologia de Paris os mestres dedicavam-se às primeiras pela manhã, quando reuniam-se os alunos para ouvi-los ler e comentar sobre um texto a ser examinado, limitando-se eles a fazer anotações. Havia também as lições extraordinárias, que ocorriam no fim da manhã, e eram apresentadas pelos bacharéis que estudavam sob os mestres.

A parte da tarde era reservada às disputas. O mestre apresentava um tema, ou questão (*quaestio*) que deveria ser disputada, debatida por um bacharel e os estudantes, que lhe apresentavam objeções. Esse era o momento mais original e dinâmico do ensino, pois resultava dele uma *determinatio*, o apanhado do que fora discutido e a defesa da tese pessoal do mestre, apresentadas por ele sempre no dia posterior ao exercício. Diz-

² As artes liberais eram compostas por sete disciplinas, divididas em *trivium* (gramática, retórica e dialética) e *quadrivium* (geometria aritmética, astronomia e harmonia).

se que, nas duas oportunidades em que lecionou em Paris, Tomás de Aquino teria organizado 528 debates (VERGER, 1990, p. 57).

Havia também os debates ou questões de *quolibet*, sobre qualquer tema. Nestes, que deveriam ser organizados ao menos uma vez por ano pelos mestres, não havia um tema pré-determinado. Todos os membros da faculdade poderiam tomar parte assistindo e propondo questões aos bacharéis, que poderiam ser auxiliados pelos mestres. Geralmente, as questões propostas versavam sobre assuntos polêmicos e atuais. Para muitos, inclusive por parte dos frades pregadores, esses exercícios eram uma maneira de exacerbar o virtuosismo e a vaidade³.

Devemos ter em mente que, além de se encontrarem vínculos entre si durante os longos momentos dedicados ao estudo, mestres e estudantes compartilhavam várias outras oportunidades que contribuía para consolidar as relações dentro da universidade. As cerimônias religiosas eram muito freqüentes, sobretudo aquelas dedicadas à Maria⁴. Os estudantes distribuía-se, tanto em Paris quanto em Bolonha, em nações, de acordo com sua procedência geográfica, o que fortalecia os laços entre eles e, conseqüentemente, distanciava-os tanto de outras nações quanto dos habitantes das cidades.

Esse é outro ponto frequentemente levantado pela historiografia, o desconforto e, por vezes, o conflito aberto entre os *scolares* e, em sua maioria, os burgueses. Além do estranhamento provocado pelas diferenças regionais, os burgueses ressentiam-se dos privilégios outorgados aos universitários que fugiam, inclusive, da jurisdição civil aplicada sobre o resto dos habitantes das cidades. Tal situação se agravava diante do caráter, geralmente, rural e nobre de boa parte dos estudantes.

Em meio a este quadro, devemos situar a massa dentre a qual se deslocavam os novos membros da Ordem dos Pregadores. Contrapor a variada documentação da qual dispomos a esse perfil dos estudantes universitários construído pela historiografia é como tentar montar um quebra cabeças cujas peças não encaixam, a não ser que mudemos um pouco o enfoque. Sabemos que nossa documentação é, em grande parte, modelar, no sentido de que busca estabelecer exemplos. O que se dá a ver, no mais das vezes, são frades cordatos, obedientes, humildes, quando muito arrogantes de seu saber, mas nunca violentos, poucas vezes lascivos.

³ No Capítulo de 1246, um item estabelece que, no caso de um *lector* desejar estabelecer um debate de *quolibet*, deveria contar com a aprovação de seu prior provincial. Esse item não será mais mencionado pelos capítulos seguintes, o que indica a desaprovação em relação a eles. *Acta...* p. 36.

⁴ Verger e Le Goff perceberam a intensa devoção à Virgem entre os universitários de várias faculdades e corporações diferentes.

Temos, então, que partir do pressuposto de que a escolha religiosa, em certa medida, transforma esse comportamento, vigiado sempre de perto pelos mestres dos noviços e dos estudantes.

Vejamos, então, como surge, em meio a essa pulsante comunidade de estudantes e mestres, a presença dos Frades Pregadores.

2. *Os pregadores de Saint Jacques*

A relação entre a Ordem dos Pregadores e a Universidade de Paris inicia-se ainda durante a vida de Domingos. O primeiro indício de sua presença não está em documentos emitidos pela Ordem, mas pelo papa Honório III. Em janeiro de 1217, ele lança a bula *Olim in partibus Tolosani*, pedindo aos mestres e estudantes da Universidade de Paris que auxiliassem os ‘pregadores católicos ativos em Toulouse’ na sua campanha contra os hereges albigenses.

Rogamos a atenção de vossa universidade, e advertimos que por mandato da escrita apostólica acorram até lá [Toulouse], onde pela causa de Deus dêem de coração aulas, prédicas e exortações, dediquem-se diligentemente, como bons administradores da multiforme graça de Deus, a partir deste momento para que possam expulsar [dali] o Velho Gebuseu e fazer [aquele] povo agradável a Deus (KOUDELKA, 1966, p. 77).

De acordo com Tugwell, Domingos teria sido o idealizador desta carta (TUGWELL, 1995, p. 26)⁵, sendo os pregadores católicos ele próprio e seus companheiros. Essa carta não teria sido entregue de imediato, mas enviada apenas sete meses depois, junto com os pregadores que Domingos manda a Paris⁶.

O destino da bula de Honório III não é o que nos interessa. Se concordamos com a tese de Tugwell de que a carta foi escrita pelo

⁵ De acordo com Mulchahey, a carta teria sido guardada por séculos no convento de Saint Jacques. MULCHAHEY, 1998, p. 20.

⁶ No *Libellus* podemos ler que os frades destinados a Paris levaram consigo várias bulas. Uma delas era certamente a *Olim in partibus Tolosani*. Essa seria a explicação mais razoável para se encontrar ali depois. “[...] sunt destinate a Parisius cum literis summi pontificis, ut ordinem publicarint”. *Libellus*, p. 50. É provável, ainda, que a carta não tenha deixado o convento por tanto tempo porque em setembro daquele ano Toulouse seria ocupada pelos homens de armas do cátaro Raymond VI, tornando a ida de professores a Toulouse, pelo menos, perigosa. Sobre a cruzada Albigense Cf. STRAYER, 1992.

conselho de Domingos⁷, podemos perceber nela a idéia que Domingos tinha de Paris, e do que ele deseja, naquele tempo, para a Ordem. Para derrotar a heresia albigense, então, eram necessários doutores, homens instruídos. E a fonte dessa instrução, aos olhos de Domingos, era Paris.

De acordo com a legenda de Constantino de Orvieto, em agosto de 1217, estando em Toulouse, Domingos reunira seus companheiros de pregação e falara de suas intenções de “[...] dispersar os irmãos, embora fossem poucos, pois sabia que o bom grão quando espalhado rende frutos, mas armazenado, apodrece” (CONSTANTINI URBEVETANI, 1935, p. 304). Estes grãos são lançados nos solos de cidades universitárias. Contabilizam-se, então, dezesseis religiosos no convento de Saint Romain em Toulouse, dos quais, entre outros, sete foram enviados para Paris⁸.

Quando reencontrou os homens que havia mandado para Paris, dois anos depois, Domingos deve ter se alegrado ao ver que as sementes haviam rendido bons frutos: “No caminho de volta [da Espanha], ele passou por Paris no ano do Senhor de 1219, e ali encontrou uma comunidade de quase trinta frades” (IORDANO DE SAXONIA, 1935, p. 53). Certamente recrutados entre os estudantes. Mas, ao que tudo indica, os frades de Paris passavam por dificuldades, uma vez que podemos ler em uma carta datada de 26 de abril de 1218, enviada por Honório III aos mestres de Paris:

Nós vós suplicamos vossa devoção, por isso apelamos que atentem, pelo mandato da escrita apostólica [...] aos frades da Ordem dos Pregadores, cujo ministério e religião úteis agradam a Deus, em seu propósito laudável do ofício da pregação, pelo que vos incumbimos de gentilmente cuidar e, sendo eles dignos da reverência e recomendados pela Sé Apostólica, assistam em suas necessidades [...] (KOUDELKA, 1966, p. 94).

⁷ Tugwell atesta que a cópia mantida pelo convento de Saint Jacques era a original, pois levava o nome “D(omi)nicus” na parte superior direita do verso, logo abaixo da inscrição “R”, abreviatura de “Rescriptum”, o que indicava que a bula deveria ser entregue pela chancelaria papal a Domingos, para que ele a entregasse. Hoje este documento se encontra nos Archives Nationales, em Paris (Ser. L 239, no. 21).

⁸ Pelo menos é o que se depreende do registro de Jordão, no seu *Libellus*: p. 48, p. 49-50, p. 51, e do depoimento de João da Espanha no processo de canonização: *Acta canonizationis*. In: LAURENT, M-H. (ed.) *Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum Historica*, vol. XVI. Roma: Institutum Historicum FF. Praedicatorum, 1935. p. 143-4. As próximas referências à ata de canonização serão feitas pela expressão *Acta Canonizationis*.

Se é necessário pedir aos mestres de Paris que cuidem para que os frades sejam bem recebidos, isso provavelmente se deve à situação não muito promissora pela qual passavam naquele momento. Temos dois testemunhos de que este quadro muito em breve foi revertido. Jordão atesta que:

No ano do Senhor de 1218, mestre João, decano de Saint Quentin, e a universidade de Paris, sob as ordens do papa Honório, doaram aos frades, ainda que de maneira não definitiva, a casa de Saint Jacques. Entraram ali para morar em 6 de agosto (IORDANO DE SAXONIA, 1935, p. 50)⁹.

Em julho o mestre ao qual Jordão se refere, João de Saint Albans, reitor do capítulo de Saint Quentin e mestre regente da faculdade de Teologia, havia oferecido, em nome da Universidade, o uso provisório de uma hospedaria, anexa à capela de Saint Jacques. Ao menos é o que nos relata João de Navarra, testemunho do processo de canonização de Domingos:

Enquanto a testemunha e seus companheiros estudavam em Paris, o mestre João, decano de Saint Quentin, então regente de Teologia em Paris, e a universidade de mestres e estudantes parisienses deram a testemunha e a seus companheiros a igreja de Saint Jacques, situada na porta de Orleans, onde permaneceram e levantaram um convento, ao qual se juntaram muitos bons clérigos, que entraram na Ordem dos Frades Pregadores (LAURENT, 1935, p. 144).

As memórias de João de Navarra são de um tempo bom e próspero para a Ordem em formação. Ele não chega a se recordar, embora ali estivesse naquela ocasião, o que rememora Jordão: a casa ainda não era deles naquele momento. A relação de concórdia que se estabeleceria então com a Universidade, assinalada pela doação de fato da casa de Saint Jacques, fica registrada em 1221:

Declaramos que cedemos: os lugares do coro, do refeitório, do capítulo, devem ser cedidos a nós quando chegarmos, os enterros na igreja, exéquias e memoriais a qualquer tempo de um dos frades, e que a cada ano o aniversário da morte de um dos nossos seja celebrada e, se quisermos comemorar no coro

⁹ Vicaire toma a existência da carta como certa. Cf. VICAIRES, 2004. p. 136.

os dias solenes, os ofícios das horas e para isso usar o altarmor, que seja conforme nossa conveniência. Um dos frades celebrará a missa para nós em outros dias, caso seja possível. Ou ainda, um assistente ministrará a celebração para nós em nosso capítulo, em nossa presença, na hora apropriada (KOUDELKA, 1966, p. 161).

A casa passaria a ser propriedade dos frades, portanto, mediante uma série de concessões. Além destas era preciso que eles reconhecessem a universidade como patrono, que fossem feitas orações em nome de seus membros, realizadas missas duas vezes por ano em nome da conservação do *studium* parisiense e de seus membros, vivos ou mortos, e que enterrassem aqueles que assim o desejassem, no solo de Saint Jacques. Ou seja, os dominicanos comprometiam-se não apenas a pequenos gestos, como abrir mão de seus ofícios para que os membros daquela corporação pudessem executá-los, mas colocavam-se sob sua tutela, ao reconhecê-la como patrona.

Esse documento demonstra a aproximação gradual entre os frades e a Universidade de Paris. Ao receberem o que já havia se tornado o convento de Saint Jacques, em 1221, os frades reconhecem-na como patrona, ou seja, aceitam submeter-se à sua jurisdição. Mas esse vínculo seria reforçado após mais uma carta de Honório, escrita em maio de 1221, pedindo a João de Saint Albans que ministrasse suas aulas no interior do convento dos *fratres praedicatores*.

O decano de Saint Quentin cujas obras são conhecidas por nós, quem por nosso mandato em Paris ensina aos frades da Ordem dos Pregadores na faculdade de teologia, pelos quais nos escrevemos a vós. Que aceite integralmente suas rendas, de acordo com a constituição de natureza eclesiástica, para, com licença nossa da igreja de Saint Quentin, da qual recebe prebenda, [...] que dali seja subtraído e ensine no convento dos frades (KOUDELKA, 1966, p. 162-163).

Esta carta, no entanto, levanta duas questões. Porque o papa pede que as aulas fossem dadas dentro do convento? A pedido do próprio Honório, o mestre João já lecionava aos frades em 1220, então porque reafirmar este pedido em 1221?

Sobre a primeira pergunta, temos mais base para encontrar uma resposta. De acordo com Vicaire, em 1213 o capítulo diocesano de Notre Dame de Paris havia imposto seus direitos sobre a pregação pública e proibido a todos os regulares de deixarem seus mosteiros e estudarem ou

pregarem (VICAIRE, 2004, p. 33-34). A hostilidade dos clérigos de Notre Dame fica patente em uma bula de Honório III, datada de 11 de dezembro de 1219, que mostra que os frades ainda não haviam podido celebrar quaisquer ofícios ou pregar dentro de sua própria igreja.

Acreditamos ser inadequado que os priores e frades supracitados [pregadores] sejam impedidos por aqueles homens [de Notre Dame] [de celebrar ofícios], contra a vontade da Sé Apostólica, quando a eles devem subsidiar e favorecer. Sem causa temporal nem lucro, mas pelo culto do nome divino, os frades desejam celebrar em [sua] capela, como já afirmamos pedindo sua atenção em carta anterior que ordenava que estes priores e frades naquela igreja [Saint Jacques] não fossem impedidos na celebração dos ofícios. Com justiça a eles é concedida a permissão de celebrar livremente [...] (KOUDELKA, 1966, p. 115).

A relação com as autoridades de Paris não era assim tão pacífica quanto geralmente se acredita. A carta de Honório pode indicar a acirrada disputa, em uma cidade repleta de religiosos, por fiéis. Se sequer podiam atender às mais básicas atividades pastorais, como celebrar qualquer tipo de ofício? Surge-nos ainda outra questão: de que maneira, então, os frades conseguiram quadruplicar em número? Certamente devido aos contatos que faziam com os estudantes em reuniões privadas no convento. O próprio Jordão, como vimos, relata que suas conversas com Domingos o haviam feito ingressar na Ordem: “[...] a quem outrora conversasse em assembléia com muitos em Paris; nas quais eu próprio estive presente” (IORDANO DE SAXONIA, 1935, p. 52).

Sobre o pedido de Honório ao mestre João, podemos imaginar que tenha sido necessário reafirmá-lo justamente por conta do impedimento do capítulo parisiense. É provável que João lecionasse aos frades em algum prédio alugado para este fim e, claro, freqüentado também por outros estudantes. Quando foi obrigado a ministrar suas aulas dentro da casa dos pregadores, ficava estabelecido ainda mais um vínculo com a Universidade. Os frades, portanto, passavam a ser assistidos por um mestre regente de teologia, e não mais por um frade sem *licentia docendi*¹⁰.

Mandonnet acredita que os esforços envidados por Honório III em fazer de um mestre regente, professor dos pregadores, revelaria seu plano mais amplo de educar a Cristandade. Reconhecer nos pregadores as

¹⁰ De acordo com Mulchahey, antes de João, Miguel Fabra, um dos primeiros seguidores de Domingos, servia no convento como *lector*. MULCHAHEY, 1998, p. 33.

qualificações dignas seria um meio de concretizar tal plano. Para Mandonnet, portanto, Honório age conscientemente de forma a assegurar afiliação legítima entre os pregadores e o mais renomado entre os *studia* teológicos (MANDONNET, 1896, p. 162). Muito embora admitamos os esforços do papado, ao longo dos séculos XII e XIII, em educar a Igreja, é demasiadamente anacrônica a idéia de que desejassem alfabetizar todos os cristãos, o que iria de encontro com uma cultura que se entende organizada em ordens¹¹.

Mas a ligação entre os frades e o *studium* parisiense não estava garantida, uma vez que João de Saint Albans não era dominicano, e jamais chegaria a ser. No caso de sua morte, a Ordem estaria vinculada a Universidade apenas pelo contrato de cessão do convento de Saint Jacques e nada mais. Eles precisavam de um mestre que vestisse o hábito de pregador. E o encontraram em Rolando de Cremona, vindo de Bolonha, onde havia ingressado na Ordem em 1219, depois de abandonar o cargo de mestre regente em Artes. De acordo com Weisheipl, fora a pedido de Jordão que Rolando encaminhou-se até Paris, em 1228 (WEISHEIPL, 1960).

A essa altura, João de Saint Albans já havia falecido. João de Saint Giles o substituíra no ensino aos frades, e é sob sua regência que Rolando estudará teologia. Ainda de acordo com Weisheipl, Rolando teria estudado teologia por dez anos em Bolonha, o que explicaria o fato de ter se dedicado à apenas um ano de estudo das Sentenças de Pedro Lombardo para ser alçado ao grau de mestre em 1229.

Mas podemos também avaliar essa primeira cátedra dos frades em Paris sob um outro ponto de vista. Entre 1229 e 1231 os mestres e estudantes parisienses haviam paralisado suas atividades e se retirado de Paris como protesto contra o assassinato de dois estudantes em uma briga de taverna¹². Desobedecendo ao acordo feito quando receberam Saint Jacques da universidade, os pregadores não saíram da cidade, como haviam feito seus colegas, mas permaneceram em Paris, junto com seu mestre secular João de St. Giles, continuando regularmente com as aulas.

Instruir os clérigos para o bem geral da Igreja e dos fiéis era mais importante, a seus olhos, do que os problemas internos da Universidade. Era preferível enfrentar o desagrado dos seculares, que passaram a vê-los

¹¹ Cabendo a cada ordem uma função, certamente não era próprio dos *laboratore*, ou mesmo dos *bellatore*, entregarem-se ao aprendizado das letras. DUBY, 1982, p. 93-95.

¹² Este episódio tem sido bastante evocado pela historiografia pertinente, e interpretado geralmente à luz dos conflitos jurisdicionais entre autoridades civis e autoridades religiosas, e o desejo dos estudantes e mestres de se libertar das primeiras. Uma das análises mais inovadoras neste sentido é a de Moonan. Cf. MOONAN, 2002, p. 101-115.

como ‘fura-greves’, do que postergar a formação de seus estudantes. De acordo com Rashdall, para tentar amenizar os rancores, os frades abriram suas portas para todos os estudantes seculares que quisessem continuar sua educação no lugar de se unir aos grevistas (RASHDALL, 1936, p. 372).

Foi durante a greve que Rolando de Cremona recebeu seu grau em teologia pelas mãos do chanceler (VERGER, 1990, p. 76), tornando-se o primeiro dominicano a ocupar uma cátedra naquela faculdade. Antes do fim da greve, em 1231, João de Saint Giles vestiu o hábito negro dos pregadores, mantendo seu lugar na faculdade de teologia. Eram, portanto, àquela altura, duas cátedras de teologia para os dominicanos. Quando os mestres seculares retornaram a Paris ressentiram-se não apenas pelo fato de os mendicantes não terem aderido à greve, mas especialmente porque os dominicanos haviam conquistado cátedras de teologia durante a sua ausência. Mas, aparentemente, a faculdade de teologia aceitou os dominicanos sem maiores comoções (BRETT, 1984, p. 17). Este sim seria o evento divisor de águas para a história da relação entre a Ordem e a Universidade.

Os frades haviam conseguido não uma, mas duas cátedras em Teologia durante a ausência da comunidade universitária. O momento em que isso ocorreu mostra já, em um pouco mais de dez anos depois do estabelecimento em Paris, quais eram as prioridades da Ordem. Para manter estas cátedras os frades de Saint Jacques começaram a ‘alimentá-las’ com seus próprios membros. Hugo de Saint Cher seguiu-se a Rolando de Cremona, enquanto Guerric de St. Quentin sucedeu João de Saint Giles. Estabeleceu-se, assim, um ciclo regular em que mestres da província da França ocupavam a cátedra de Rolando, e os das demais províncias tomavam a cátedra originalmente preenchida por João.

Se esse pode ter sido um primeiro motivo para atritos entre a universidade e os frades pregadores, tantos outros podem ter começado a se agigantar nestas décadas. Sabemos, por exemplo, ter se estabelecido nas Constituições dos Pregadores, entre 1228 e 1236, que os *lectors* deveriam ter quatro anos de estudo de teologia. Ora, um bacharel em Teologia deveria passar pelo menos quinze anos estudando em Paris.

Saint Jacques, como centro de formação dos *lectores* conventuais, conferia a outorga para que ensinassem em um quinto do tempo! Embora devamos relativizar os atritos que tal prática pudesse suscitar, já que a faculdade de Teologia era a escolha da minoria dos universitários (COBBAN, 1975, p. 165)¹³, é-nos lícito indagar sobre as repercussões

¹³ Segundo Cobban, as universidades medievais tinham um caráter estritamente utilitário, sendo a disciplina teológica minoritária entre as escolhas dos estudantes. Confrontam-se

desta prática da Ordem. Podemos, inclusive admitir a idéia de que muitos dos noviços atraídos pela pregação, que naqueles primeiros anos visava divulgar a excelência religiosa da vida mendicante, deixaram-se mobilizar não só pelo seu ‘cantinho no céu’. Poderiam ver-se envolvidos também pelo desejo de instrução gratuita, uma vez que, de acordo com a historiografia, uma das reclamações mais constantes dos estudantes era a falta de recursos (VERGER, 1990, p. 63; LE GOFF, 1993, p. 174-175; HASKINS, 1923, p. 85).

Surge, assim, uma dos principais elementos de conflito que contribuem para uma tomada de posição em relação à identidade da Ordem dos Pregadores. Pretendem-se eruditos, valendo-se da instituição que legitimava a erudição. Mas essa instituição se apóia em regras, boa parte das quais inspiradas pelas corporações de ofício, portanto sendo uma delas o salário. Os estudantes reclamam de sua pobreza porque devem comprar (ou alugar, ou copiar) livros, morar e se alimentar, mas sobretudo porque devem pagar seus mestres¹⁴. Ora, os pregadores ensinavam gratuitamente. É certo que não tinham o direito de conferir a *ius ubique docendi*, mas para ensinar dentro da Ordem, bastava fazer os votos e, claro, dedicar-se a uma vida inteira de estudos, não importando que posição ocupassem entre os frades.

A atividade muito intensa de recrutamento, e o início do enraizamento dos pregadores em Paris, acabariam motivando uma série de conflitos de maior envergadura, sendo apenas o primeiro entre eles o que decorre da greve de 1229-1231. O caso é que o problema não se encontrava apenas nesses eventos isolados, mas também no fato de que, como vimos, os pregadores substituíam seus mestres por outros membros da Ordem pela simples decisão de seus superiores hierárquicos (PAUL, 2002, p. 361). Além do que, muitos deles ‘pulavam’ o curso de Artes. Conforme chegavam mais e mais noviços das províncias que começavam a freqüentar as aulas dos mestres de teologia, pregadores como eles, percebia-se que, ao contrário do que se admitia em Paris, estes não haviam cursado a faculdade de Artes, mas as suas próprias escolas conventuais. Os

com essa visão vários historiadores, dentre eles Le Goff, que dão um peso enorme às faculdades de Teologia, especialmente a de Paris, vendo nela uma tensão constante entre o estudo como forma de auxílio eclesiástico e da busca pelo saber por si mesmo. Por várias vezes o historiador se refere a “intelectuais de espírito desinteressado e independentes nos estudos e no ensino”.(LE GOFF, 1995, p. 63).

¹⁴ Poderíamos entrar aqui na longuíssima discussão sobre o caráter clerical dos estudantes, o que lhes conferia o direito à prebenda garantida pelo IV Lateranense. Optamos, portanto, por não fazê-lo, já que fugiria à nossa linha argumentativa que agora seguimos. Para referência, consultar os abundantemente citados Verger, Le Goff, Cobban e Paul.

costumes da corporação universitária, portanto, eram subvertidos de várias maneiras pelos frades.

Esses e outros atritos não se solucionariam facilmente. Ao contrário, os aspectos que tornavam os pregadores diferentes dos demais estudantes e mestres incomodariam cada vez mais a universidade de estudantes e mestres de Paris. Os desacordos latentes acabariam por se traduzir em uma guerra deflagrada de palavras, influências políticas e pedras ao longo da década de 1250.

Vimos que a Ordem dos Pregadores, nas suas primeiras décadas de vida, construía para si, conscientemente, uma identidade pautada nos estudos. Esse processo não se deu sem percalços. Podemos vislumbrar uma série de conflitos interiores à Ordem, que se tornaram claros com as decisões dos capítulos das décadas de 1250 e 1260. Não há dúvida, no entanto, a respeito dos conflitos travados contra os seculares, especialmente na Universidade de Paris. Ali vemos ocorrer, em momentos distintos, lutas que chegam a ataques físicos entre os mendicantes e os seculares. E que moldariam definitivamente a Ordem dos Pregadores como comunidade letrada. É possível afirmar, no entanto, que já na primeira metade do século XIII, as relações entre os frades pregadores e a Universidade de Paris apresentavam elementos conflituosos. Isso se dava, como defendemos aqui, pelo fato dos seguidores de Domingos privilegiarem sua própria organização como uma Ordem de estudantes.

Referências

ACTA CANONIZATIONIS. In: LAURENT, M-H. (Ed.). **Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum Historica**. Roma: Institutum Historicum FF. Praedicatorum, 1935, v. XVI.

BRETT, Edward. **Humbert of Romans**. His Life and Views of Thirteenth Century society. Toronto: PIMS, 1984.

COBBAN, Alan. *The Medieval Universities: their development and organization*. London: Harper & Row, 1975.

CONSTANTINI URBEVETANI. Legenda. In: LAURENT, M-H. (Ed.). **Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum Historica**. Roma: Institutum Historicum FF. Praedicatorum, 1935, v. XVI.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

FERUOLO, Stephen C. **The Origins of the University of Paris**. The Schools of Paris and their critics, 1100-1215. Stanford, California: Stanford University Press, 1985.

HASKINS, Charles. **The Rise of Universities**. New York: Holt & Co., 1923.

IORDANO DE SAXONIA. Libellus de principiis ordinis praedicatorum. In: LAURENT, M-H. (Ed.). **Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum Historica**. Roma: Institutum Historicum FF. Praedicatorum, 1935, v. XVI.

KOUDELKA, Vladimir. (Ed.). **Monumenta Diplomatica S. Dominici, Monumenta Ordinis Fratrum Praedicatorum Historica**. Roma: Institutum Historicum FF. Praedicatorum, 1966, v. XXV

LE GOFF, Jacques. Que consciência de si própria teve a Universidade medieval? In: LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1993.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAIERÚ, Alfonso. Formazione culturale e tecniche d'insegnamento nelle scuole degli Ordini mendicanti. In: Studio e studia: le scuole degli ordini mendicanti tra XIII e XIV secolo. In: **Atti Del XXIX Convegno internazionale della Società internazionale di studi francescani e Del Centro interuniversitario di studi francescani**. Assisi. Spoleto: SISMEL, 2002, 11-13 ottobre 2001.

MANDONNET, Pierre. De l'incorporation dès dominicains dans l'ancienne université de Paris, 1229-1231. **Revue Thomiste**, 4, pp. 133-170, 1896.

MOONAN, Lawrence. **Divine Power: the medieval power distinction and its adoption by Albert, Bonaventure and Aquinas**. Oxford: Clarendon Press, 2002.

MULCHAHEY, Michele. **First the bow is bent in study**: Dominican education before 1350. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1998.

PAUL, Jacques. **Historia Intelectual del Occidente Medieval**. Madri: Cátedra, 2003.

RASHDALL, Hastings. **The Universities of Europe in the Middle Ages**. Oxford: Claredndon Press, 1936, v. I.

STRAYER, Joseph. **The Albigensian Crusades**. University of Michigan Press, 1992.

TUGWELL, S. **Saint Dominic**. Strasbourg: Signe, 1995.

VERGER, Jacques. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.

VICAIRE, Marie-Humbert. **Histoire de Saint Dominique**. Paris: Du Cerf, 2004.

WEISHEIPL, James A. **The Place of Study in the Ideal of St. Dominic**. Dominican House of Studies. Illinois: River Forest, 1960.

*Received on August 14, 2012.
Accepted on November 20, 2012.*